

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 01 de abril de 2019 às 07h55
Seleção de Notícias

Jornal do Commercio | PE

Marco regulatório | Anvisa

Remédios mais caros até 4,33%	3
ECONOMIA	

SAÚDE Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos autoriza reajuste acima da inflação

Remédios mais caros até 4,33%

Da Redação com informações da Agência Brasil e Agência Estado

Os preços dos remédios vendidos no país podem sofrer reajustes de até 4,33%. O valor foi definido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos e ficou acima da inflação de 2018, que fechou o ano em 3,75%. A autorização de reajuste foi publicada em edição extraordinária do Diário Oficial da União da última sexta-feira (29) e já pode ser aplicada.

De acordo com o Ministério da Saúde, o percentual é o teto permitido de aumento. Cada empresa fabricante pode decidir se vai aplicar o índice total ou menor. Os valores valem para os medicamentos vendidos com receita médica.

Ainda segundo a pasta, o cálculo é feito com base em fatores como a inflação dos últimos 12 meses – o IPCA, a produtividade das indústrias de remédios, o câmbio e a tarifa de energia elétrica e a concorrência de mercado.

A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos publica, todo mês, no site da Anvisa, a lista com os preços de medicamentos já com os valores do ICMS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, que é definido pelos Estados.

As empresas que descumprirem os preços máximos permitidos ou aplicarem um reajuste maior do que o estabelecido podem pagar multa que varia de R\$ 649 a R\$ 9,7 milhões.

REAJUSTE

Diferentemente de anos anteriores, o reajuste em 2019 será linear para todos os tipos de



MEDICAMENTOS Cada fabricante decide se vai aplicar o índice total ou menor, até o teto de 4,33%

Cálculo leva em conta a inflação dos últimos 12 meses, a produtividade das indústrias, o câmbio, a tarifa de energia elétrica e a concorrência

medicamentos.

O Ministério da Saúde explica em nota que o percentual não é um aumento automático nos preços, mas uma definição de teto permitido de reajuste. Com isso, cada empresa pode optar por aplicar o índice total ou menor. “Será uma correção igualitária para os três grupos de insumos: os de maior concorrência, concorrência moderada e concentrada”, diz a pasta. De acordo com o ministério, mais de 12 mil apresentações de medicamentos são comercializadas no Brasil.

MONITORAMENTO

Outra resolução da Cmed, também publicada no Diário Oficial extra, dispõe sobre o monitoramento e liberação

de critérios para o estabelecimento ou ajuste de preços dos medicamentos isentos de prescrição médica, medicamentos fitoterápicos, produtos tradicionais fitoterápicos e anestésicos locais injetáveis de uso odontológico.

A norma “aplica-se a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado que atuem no mercado de medicamentos, dentre as quais, as empresas produtoras de medicamentos, representantes, distribuidoras de medicamentos e o varejo”.

Dentre outros pontos, a resolução classifica em três grupos os medicamentos passíveis de monitoramento e liberação dos critérios de estabelecimento ou ajuste de preços.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | Anvisa

3